



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00123118820208172001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE MARCOS MOTA RODRIGUES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre informar que o laudo pericial apresentado informa data do acidente diversa do processo em tela, eis que de acordo com a petição inicial e boletim de ocorrência o sinistro ocorreu em 03/07/2017, enquanto o documento menciona a data de 05/04/2019.

PAULO MENEZES
PERÍCIAS MÉDICAS

Nº do processo: 0012311-88.2020.8.17.2001

Nome Completo: JOSE MARCOS MOTA RODRIGUES

Assinatura do Reclamante: _____

CPF: 195.732.274-87

Vara: 30ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO A

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente

Local do Acidente:

RECIFE - PE

Data do Acidente: 05.04.2019

Avaliação

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Atrofia muscular em coxa esquerda + diminuição crônica em Joelho ESQ + limitações da amplitude de movimentos em quadril E + pseudotumor do fêmur ESQ + marcha claudicante.

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ Sim, em que prazo: _____
b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DA 006ª CIRCUNSCRIÇÃO - CORDEIRO - DP6ªCIRC DIM/2ªDESEC
BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 17E0096006709

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 21/11/2017 às 11:05

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia 3/7/2017 às 23:45

Fato ocorrido no endereço: BAIRRO DE CORDEIRO (BAIRRO), 01, RUA CLÁUDIO BROTHERHOOD
- Bairro: CORDEIRO - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL
Local do Fato: VIA PUBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

ESTADO (AUTOR/AGENTE)
JOSÉ MARCOS MOTA RODRIGUES (VITIMA)

Boletim da ocorrência



Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse de(a) Sr(a): JOSÉ MARCOS MOTA RODRIGUES

Qualificação de(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSÉ MARCOS MOTA RODRIGUES (presente ao plantão) - Sexo: Masculino/Mão: MARIA JOSÉ MOTA RODRIGUES Pai: DANIEL DE ARAÚJO RODRIGUES Data de Nascimento: 25/10/1959 Naturalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 1794061/SSPIPE (RG), 19573227487 (CPF) Estado Civil: DIVORCIADO(A) Escolaridade: 3ª, GRAU COMPLETO Telefones Celulares: - 999960654

Endereço Residencial: BAIRRO DE CORDEIRO (BAIRRO), 126, RUA NITEROI - CEP: 55009-000 - Bairro: CORDEIRO - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL

ESTADO - Ramo de Atividade: NAO INFORMADO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito, tendo em vista que não foram acostados documentos médicos à época do acidente, a saber, 03/07/2017.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo. Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor, bem como não apontou a invalidez para a data do sinistro em questão. Perceba que toda documentação carregada aos autos, em especial os documentos médicos emitidos anos após o sinistro, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e o aludido sinistro de trânsito, eis que a documentação médica faz referência ao sinistro ocorrido em 2019.

Há de se observar ainda, que o mesmo laudo pericial foi acostado em processo diverso, de nº 0076255-98.2019.8.17.2001, em trâmite na 12ª Vara Cível da Capital – PE, cujo pleito se refere ao complemento de indenização do seguro DPVAT face ao acidente ocorrido em 05/04/2019.

PAULO MENEZES
PERÍCIAS MÉDICA

Nº do processo: 0076255-08.2019.8.17.2001

Nome Completo: JOSE MARCOS MOTA RODRIGUES

Assinatura do Reclamante: *[Assinatura]*

CPE: 195.732.274-87

Vista: 12ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - SEÇÃO A

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente

Local do Acidente: _____

REOFE - PE

Data do Acidente: 05.04.2019

Avaliação

II) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

Se sim, descreva a(s) lesão(s) traumática(s) indicadas:

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito, incluindo medidas de reabilitação)?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicadas:

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ Distúrbios apenas transitórios

b) ☒ Dano anátomo-c/ ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anátomo-c/ ou funcional definitivo, informar as lesões físicas, impo- síveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

V) Em virtude do laudo, o/ os danos, há-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo: _____

b) ☒ Não

Em caso de engajamento da opção "a" ou de resposta afirmativa as itens V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação das lesões permanentes que não sejam mais suscetíveis a tratamento como sendo pendentes de dano(s) anátomo-c/ ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, a(s) sequela(s) corpórea(s) acentuada(s) e ainda segundo o previsto em instrução legal, firmar a sua graduação:

Segmento corpóreo acentuado:

a) ☐ Total (Dano anátomo-c/ ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico a/ ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial (Dano anátomo-c/ ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico a/ ou mental).

Handwritten notes:
"Há lesão traumática em membro superior direito e inferior direito, com fraturas de rádio e ulna direita e fêmur esquerdo, com sequelas de dor, limitação de movimento e incapacidade funcional." (circled)
"Membro inferior esquerdo." (circled)
"Tratamento transitório com medicação analgésica e fisioterapia." (circled)
"A lesão é permanente." (circled)

PAULO MENEZES
PERÍCIAS MÉDICA

b.1) ☐ Parcial Completo (Dano anátomo-c/ ou funcional permanente que comprometa o termo global algum segmento corpóreo da vítima).

b.2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anátomo-c/ ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corpóreo da vítima).

b.3.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto no artigo II § 1º do art. 7º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corpóreo acentuado.

Segmento Anátomo-c/ ou funcional

Marque o percentual

1º Lesão

Membro inferior direito - 30% Residual ☐ 25% Leve ☐
Membro inferior esquerdo - 30% Média ☐ 75% Intensa ☒

2º Lesão

30% Residual ☐ 25% Leve ☐
30% Média ☐ 75% Intensa ☐

3º Lesão

30% Residual ☐ 25% Leve ☐
30% Média ☐ 75% Intensa ☐

4º Lesão

30% Residual ☐ 25% Leve ☐
30% Média ☐ 75% Intensa ☐

Informações Complementares

Data da realização do exame médico legal: 03/09/2020

Handwritten signature: Paulo Menezes

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho
CRM-PE: 16.908

Diante do exposto, resta evidente que o laudo emitido não faz referência ao sinistro narrado na peça inicial do autor e objeto do presente processo, e assim em razão da inexistência de invalidez constatada decorrente do acidente, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

E ainda, caso esse entendimento não seja adotado pelo Juízo, que seja observado que não há comprovação de nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, e assim, deverá ser julgada improcedente a ação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 30 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE